

## ADMINISTRATIVA DA GUARNIÇÃO DE JOÃO PESSOA

**Estudo Técnico Preliminar 51/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 64240.007394/2025-43

**2. Descrição da necessidade**

2.1 A Equipe de Planejamento da Contratação foi designada por intermédio do Boletim Interno nº 200, de 27 de outubro de 2025, da Base Administrativa da Guarnição de João Pessoa.

2.2 O ETP tem por objeto a aquisição de materiais permanentes destinados ao Rancho da Base Administrativa da Guarnição de João Pessoa, incluindo equipamentos de preparação, manipulação, conservação e distribuição de alimentos, em conformidade com a legislação vigente, para atendimento das necessidades da própria Base e das Organizações Militares (OM) vinculadas.

2.3 A contratação visa assegurar a disponibilidade regular de equipamentos essenciais às atividades de subsistência, garantindo eficiência, segurança alimentar, padronização operacional e conformidade com normas sanitárias vigentes. Parte significativa dos equipamentos atualmente em uso encontra-se com vida útil esgotada, desgastada, fora de especificação ou obsoleta tecnologicamente, demandando substituição imediata para evitar impactos negativos na produção diária das refeições, no bem-estar da tropa e no atendimento aos padrões de higiene e segurança alimentar.

2.4 Cabe à Base Administrativa, além de sua missão precípua de apoio, assegurar a continuidade dos serviços de alimentação, a higidez dos meios logísticos, a observância das normas de segurança alimentar e o cumprimento da legislação sanitária. A reposição planejada de equipamentos do Rancho sustenta a regularidade da produção, a eficiência do preparo, a economia de insumos, a segurança dos manipuladores e a manutenção da capacidade de atender às demandas das OM, impactando diretamente a qualidade de vida da tropa.

2.5 A presente contratação não apenas restaura a capacidade objetiva de operação do Rancho (ao substituir equipamentos inadequados ou antigos), como também valoriza o ambiente de trabalho, melhora as condições da equipe de subsistência e eleva os padrões de qualidade das refeições servidas. Em conformidade com os princípios de administração ética e de zelo com o bem público, recorda-se a máxima atribuída a São Luís IX: “Amai e protegi a justiça; não desprezeis as queixas dos necessitados.” — orientação que se alinha ao dever institucional de prover alimentação adequada, segura e digna ao efetivo militar.

2.6 O processo de contratação contemplará entregas periódicas e parceladas, alinhadas ao cronograma de substituição dos equipamentos, à capacidade de instalação e ao planejamento logístico da subsistência. Tal modelagem permite garantir abastecimento contínuo, evitar interrupções no serviço desempenhados no rancho, assegurar rastreabilidade dos bens permanentes e permitir substituição escalonada dos itens inservíveis ou obsoletos, conforme as necessidades operacionais da Base e das OM vinculadas.

2.7 Todos os itens elencados para suprir as necessidades do Rancho da Guarnição de João Pessoa são classificados como bens comuns, em conformidade com o inciso XIII do art. 6º da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, uma vez que:

- a) São ofertados amplamente no mercado;
- b) Podem ser adquiridos a qualquer momento;
- c) Permitem comparação objetiva entre diferentes marcas e modelos;
- d) Possuem padrões de desempenho e qualidade tecnicamente definíveis nos Editais e Anexos;
- e) Possuem especificações usuais de mercado;
- f) Permitem julgamento objetivo;
- g) O padrão de qualidade usualmente ofertado atende plenamente às necessidades da Administração Pública.

2.8 Considerando a possibilidade da contratação de forma parcelada durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, a disponibilidade orçamentária em cada descentralização de recurso realizada pelo Departamento Geral de Pessoal e a necessidade de atender as demais Organizações Militares da Guarnição de João Pessoa, optou-se pela contratação dos serviços através do Sistema de Registro de Preços fundamentado no art. 3º, inciso II e III, do Decreto nº 11.462/2013, conforme a seguir transcrito:

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

(...)

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Encarregado do Setor de Aprovisionamento da B Adm Gu JP	RAFAEL AUGUSTO DIAS VIEIRA – 2º Sgt
Encarregado do Setor de Aprovisionamento do 15º BI Mtz	GUILHERME SEIXAS NASCIMENTO – 1º ten
Resp Chefe do Setor de Aprovisionamento do 16º RC Mec	CLAUDIOMIRO LUIS GARBIM – 2º Ten

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 O objeto a ser licitado, pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas não possui natureza continuada, não havendo necessidade de prorrogação contratual para além da vigência comum de doze meses prevista na Lei nº 14.133/21.

4.2 Não há a necessidade de a atual contratada promover a transição contratual à nova contratada com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

4.3 A **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA O RANCHO (PASA)** possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

4.3.1 Dessa forma, a escolha da modalidade licitatória recai sobre o Pregão Eletrônico, conforme determinação da Lei nº 14.133/21.

4.4 Além das características usuais do mercado, os itens a serem licitados deverão buscar soluções ambientalmente sustentáveis.

4.5 Deverão ser priorizados a utilização de itens sustentáveis disponíveis no CATMAT.

### 5. Levantamento de Mercado

**5.1 Necessidade e vantajosidade - A aquisição de material permanente para o Rancho (PASA) mostra-se necessária e vantajosa para a Administração, considerando o caráter contínuo das atividades de preparo, distribuição e consumo de gêneros alimentícios no âmbito da Organização Militar. Os equipamentos atualmente em uso apresentam desgaste acentuado, obsolescência tecnológica ou vida útil esgotada, comprometendo a segurança alimentar, a eficiência dos processos de preparo, a qualidade das refeições servidas e a conformidade com normas sanitárias.**

5.5.1 A recomposição e modernização do acervo asseguram regularidade na produção das refeições, redução de riscos operacionais (acidentes, contaminações, falhas de equipamentos), otimização de recursos humanos e materiais, além de ganhos de economicidade ao evitar manutenções excessivas, desperdícios e interrupções no fornecimento de alimentação à tropa.

**5.2 Justificativa técnica e operacional - A contratação direta para aquisição de equipamentos com especificações técnicas padronizadas — envolvendo critérios de segurança, durabilidade, eficiência energética, facilidade de higienização, conformidade às normas da Vigilância Sanitária e compatibilidade com a rotina operacional do PASA — possibilita maior controle de qualidade, rastreabilidade dos itens adquiridos e substituição tempestiva de bens inservíveis.**

5.2.1 Tal abordagem mostra-se mais eficiente do que depender de reparos paliativos ou remanejamentos internos, pois o funcionamento adequado do Rancho depende de equipamentos em pleno estado operacional. A modernização do parque de máquinas e utensílios do PASA contribui diretamente para a autonomia logística, para a segurança alimentar e para a manutenção da capacidade de atendimento do efetivo, assegurando regularidade e padronização nos serviços prestados.

5.3 Doutrina logística e manutenção da capacidade orgânica (não terceirizar atividades essenciais no que envolve o preparo de alimentos) - Não se recomenda terceirizar atividades essenciais do no que tange a manipulação e preparo de alimentos, controle de qualidade, higienização e gestão de insumos. Além disso, como as peças são de fácil acesso no mercado, faz com que fique inviável a utilização desse objeto em serviço.

5.3.1 A manutenção da capacidade orgânica é fundamental para garantir a segurança alimentar da tropa, a padronização dos processos internos e o atendimento às diretrizes logísticas do Exército.

5.3.2 O adequado funcionamento do Rancho exige que o efetivo trabalhe rotineiramente com equipamentos padronizados, seguros e confiáveis, garantindo agilidade no preparo das refeições, conformidade com protocolos sanitários e capacidade de resposta imediata às demandas operacionais e variações no efetivo alimentado.

**5.4 Abastecimento, fornecedores e modelagem dos itens - Para mitigar riscos de desabastecimento, variação de preços ou descontinuidade de determinados modelos e marcas, propõe-se modelagem que concilie:**

(i) ampla concorrência, visando assegurar disponibilidade, qualidade e melhores condições comerciais; e

(ii) loteamento por categorias de equipamentos, como: preparo térmico (fogões industriais, fornos), conservação e refrigeração (freezers, câmaras), higienização (pias industriais, lavadoras), corte e processamento (cortadores, batedeiras, processadores), e equipamentos de apoio.

5.4.1 Essa estrutura permite entregas organizadas, substituição gradual de equipamentos obsoletos, adequação às demandas variáveis de refeições e melhor gestão da vida útil dos bens permanentes, garantindo continuidade operacional ao PASA.

5.5 Modalidade e forma de contratação - Considerando a clareza das especificações, a ampla oferta desses itens no mercado e a necessidade de entregas programadas e compatíveis com o planejamento logístico, o Pregão Eletrônico, preferencialmente na forma de Sistema de Registro de Preços (SRP), apresenta-se como a modalidade mais adequada.

5.5.1 O SRP proporciona flexibilidade para ajustar quantitativos conforme disponibilidade orçamentária e evolução das necessidades do PASA, amplia a competitividade, facilita a execução logística e permite resposta mais ágil a demandas emergenciais.

## **6. Descrição da solução como um todo**

**6.1 A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, preferencialmente na forma de Sistema de Registro de Preços (SRP), visando à aquisição de material permanente para o Rancho (PASA) pelo período de 12 (doze) meses, conforme previsto no Documento de Formalização da Demanda (DFD).**

**6.1.1 As aquisições ocorrerão sob demanda, após emissão da nota de empenho correspondente, observando-se o planejamento de necessidades do PASA, as especificações técnicas de cada equipamento, requisitos de segurança, normas sanitárias aplicáveis, condições de instalação, prazos de entrega e locais previamente definidos.**

**O escopo da contratação limita-se estritamente ao fornecimento dos bens permanentes, não abrangendo serviços de montagem, instalação especializada ou manutenção contínua, que permanecem sob responsabilidade orgânica da Organização Militar ou serão executados conforme contratos específicos, quando existentes.**

**6.2 A adoção do fornecimento por demanda no âmbito do SRP tem por objetivo permitir entregas fracionadas, progressivas e planejadas, de acordo com a necessidade real ao longo da vigência, garantindo racionalização logística e maior eficiência na gestão do acervo permanente.**

**6.2.1 Esse modelo favorece a competitividade, possibilita melhor alocação orçamentária (empenho conforme necessidade), reduz riscos de obsolescência ou estoque ocioso, e facilita o controle de qualidade no recebimento, com a prerrogativa de rejeição/substituição de equipamentos que não atendam às especificações técnicas ou normas sanitárias.**

**6.2.2 Além disso, permite que a OM responda de forma tempestiva às necessidades do Rancho, assegurando a modernização gradual de equipamentos, melhoria das condições de preparo e distribuição de refeições, bem como o cumprimento da legislação aplicável ao manejo e conservação de alimentos em ambientes institucionais.**

## **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

**7.1 - As estimativas de quantidades e tipos de materiais permanentes destinados ao Rancho (PASA) foram previamente definidas conforme o Documento de Formalização da Demanda (DFD), considerando a necessidade de modernização, substituição de equipamentos obsoletos e adequação às normas sanitárias e operacionais.**

**7.2 - Conforme a Portaria – SEF/C Ex nº 209, de 24 de agosto de 2022, e a Portaria – SEF/C Ex nº 211, de 24 de agosto de 2022, foram cassadas as autonomias administrativas do 16º RC Mec (UASG 160172) e do 15º BI Mtz (UASG 160174) em 31 de dezembro de 2022, concedendo autonomia administrativa parcial à Base Administrativa da Guarnição de João Pessoa (UASG 160175).**

Assim, cabe à Base Administrativa a responsabilidade pela aquisição de materiais e pela contratação de serviços destinados às Organizações Militares Vinculadas (OMV), conforme suas demandas específicas.

Justifica-se, portanto, a inclusão das demandas relacionadas ao material permanente do PASA para o 16º RC Mec e para o 15º BI Mtz nesta contratação centralizada, assegurando padronização, economicidade e atendimento simultâneo às necessidades da guarnição.

**7.3 - As demandas relativas aos equipamentos permanentes destinados aos Ranchos das OM supracitadas foram consolidadas em um único Documento de Formalização da Demanda, contendo os quantitativos definidos pela Base e por suas OMV.**

Cada setor requisitante analisou suas necessidades com base no histórico de uso, nas condições atuais dos equipamentos, nas prioridades de substituição e na previsão de consumo e desgaste ao longo do exercício, resultando em uma estimativa alinhada à realidade operacional e às exigências sanitárias vigentes.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 2.103.211,40

8.1 A presente contratação tem valor estimado de R\$ 2.103.211,40 (dois milhões, cento e três mil duzentos e onze reais e quarenta centavos).

8.1.1 O referido valor foi determinado após ampla pesquisa de preços seguindo os parâmetros da Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, conforme documentação juntada aos autos.

8.1.2 O valor estimado da contratação refere-se ao somativo das necessidades da B Adm Gu JP (UGG), 15º BI Mtz e 16º RC Mec (OMV à B Adm Gu JP).

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 A Lei nº 14.133/2021 incentiva o parcelamento do objeto nas licitações, conforme disposto no art. 40, inciso V, alínea "b", e no art. 47, §1º, com o objetivo de aumentar a competitividade e assegurar o melhor aproveitamento do mercado. O Tribunal de Contas da União, por meio da Súmula nº 247, reforça essa diretriz ao estabelecer:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade. (Súmula nº 247-TCU)

9.2 Optar pelo parcelamento do objeto nesta contratação oferece diversas vantagens, alinhadas aos princípios da legalidade, eficiência e economicidade:

9.2.1 Aumento da Competitividade: O parcelamento permite a participação de um número maior de fornecedores, inclusive micro e pequenas empresas, que podem não ter capacidade para fornecer a totalidade do objeto, mas podem atender a itens específicos. Isso amplia a competitividade do certame e pode resultar em propostas mais vantajosas para a Administração.

9.2.2 Adequação às Necessidades e ao Mercado: A divisão do objeto em lotes ou itens permite a contratação de fornecedores especializados, o que pode resultar em melhor qualidade e maior aderência às necessidades das Organizações Militares.

9.2.3 Eficiência na Execução: O parcelamento proporciona flexibilidade na gestão dos contratos, com entregas e execuções de serviços realizadas de forma escalonada, conforme necessidade e disponibilidade orçamentária, sem comprometer a continuidade das operações.

9.2.4 Mitigação de Riscos: A contratação parcelada permite melhor gerenciamento dos riscos, evitando a dependência de um único fornecedor. Eventuais falhas podem ser contornadas sem comprometimento geral da execução contratual.

9.3 Considerações sobre a economia de escala: embora o parcelamento possa, em certos casos, reduzir as economias de escala, tal desvantagem é compensada pelas vantagens apresentadas, como o aumento da competitividade e a especialização. Além disso, a divisão do objeto em partes menores não compromete a eficiência nem a integridade do conjunto.

9.4 Diante das vantagens e em conformidade com a legislação vigente e com as diretrizes do TCU, opta-se pelo parcelamento do objeto como a solução mais adequada, assegurando melhor relação custo-benefício, maior participação de fornecedores e melhor qualidade dos serviços contratados.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1 No âmbito desta Unidade Gerenciadora (UG) e das Unidades Gestoras Participantes (UGP) há contratações correlatas/interdependentes com vigência até MAR/2025, não podendo haver dissolução de continuidade dos pregões.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1 A contratação está alinhada com o previsto PCA 2026 da B Adm Gu JP, cuja ID no PNCP é 00394452000103-0-000335/2026, cujo identificador da futura contratação é 160175-16/2026 com classe e grupo 7330 e Id no PNCP 28.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

### **12.1 Benefícios Diretos**

a) Atender, de forma contínua, eficiente e segura, às demandas da Base Administrativa da Guarnição de João Pessoa e de suas OMV quanto ao fornecimento de equipamentos permanentes para o Rancho (PASA) — tais como equipamentos de preparo térmico, conservação, refrigeração, higienização e processamento de alimentos — assegurando qualidade, conformidade sanitária e estabilidade operacional no fornecimento das refeições à tropa.

b) Apoiar a execução das atividades institucionais por meio da modernização do parque de equipamentos dos Ranchos, garantindo meios adequados, padronizados e seguros para o preparo, armazenamento e distribuição de alimentos, em consonância com normas sanitárias, regulamentos logísticos e boas práticas de segurança alimentar.

c) Favorecer a continuidade e regularidade das rotinas de alimentação das OMV, assegurando abastecimento estável, capacidades adequadas de produção e redução de interrupções decorrentes de falhas, obsolescência ou insuficiência de equipamentos permanentes essenciais às operações do PASA.

d) Fortalecimento das boas práticas de gestão alimentar: modernização e padronização dos equipamentos, melhoria da ergonomia, da higiene e da segurança operacional nas instalações do PASA; redução de riscos de acidentes e de tempos ociosos; melhoria da qualidade das refeições servidas; e reforço da capacidade orgânica de preparo sob responsabilidade dos militares. Tudo isso contribui para a eficiência administrativa e para a manutenção da prontidão da tropa.

e) Minimizar riscos associados à indisponibilidade de equipamentos críticos, à obsolescência tecnológica e à variação de preços, por meio de loteamento por grupos de itens, ampla competitividade e planejamento de entregas, preservando padrões de segurança, eficiência energética, durabilidade e desempenho requeridos para o funcionamento do Rancho.

### **12.2 Benefícios Indiretos**

a) Economicidade e eficiência orçamentária: contratação competitiva utilizando SRP, com entregas sob demanda e substituição gradual do acervo obsoleto, reduzindo custos com manutenção emergencial, ineficiência energética, paralisações, desperdícios e logística reversa, além de otimizar o planejamento orçamentário da área de alimentação da tropa.

b) Transparência e controle do gasto público na área de alimentação: adoção de critérios objetivos de recebimento dos bens (conformidade técnica, certificações sanitárias, eficiência energética, integridade/funcionalidade, número de série, garantia), permitindo inspeção rigorosa, aceite formal e rejeição/substituição de equipamentos fora de especificação, assegurando rastreabilidade e aderência à legislação sanitária e administrativa vigente.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1 Para a solução em comento não há necessidade de adequação da estrutura ou da infraestrutura física para viabilizar a execução contratual.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Deverão ser seguidas as orientações constantes do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, elaborado pelo Núcleo Especializado em Sustentabilidade, Licitações e Contratos (NESLIC), integrante da Consultoria-Geral da União (CGU), da Advocacia-Geral da União (AGU).

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Pelo exposto, esta Equipe de Planejamento declara que a contratação pretendida é viável, uma vez que a mesma é indispensável para a Base Administrativa da Guarnição de João Pessoa – PB

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**FELIPE GABRIEL ARAUJO DOS SANTOS**

Chefe da Equipe de Planejamento da Contratação

**ALEXANDRE SERGIO**

Integrante da Equipe de Planejamento da Contratação